

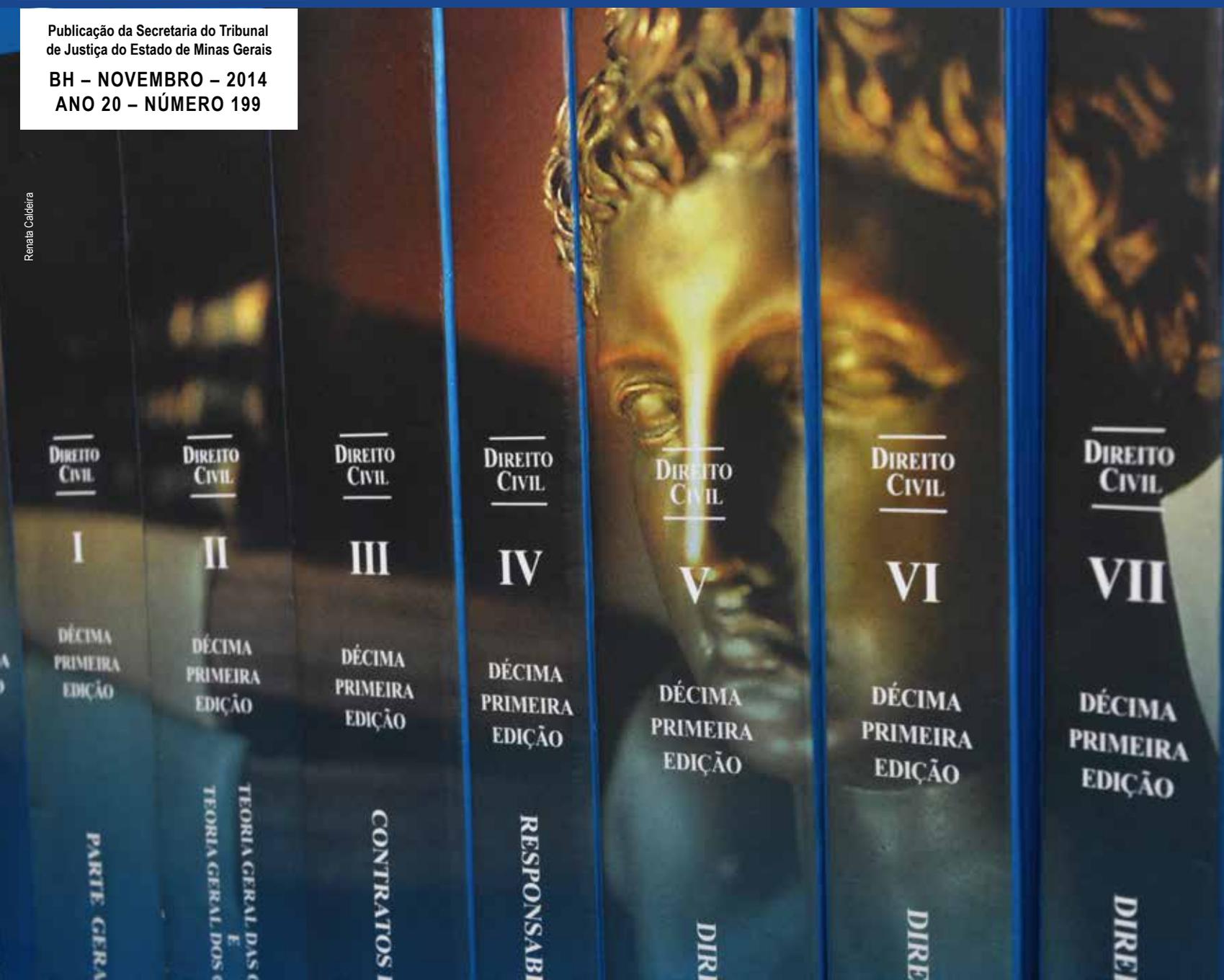
Entre a Justiça e as salas de aula

O Judiciário mineiro está repleto de juízes e desembargadores que, além de serem magistrados, dedicam-se ao ofício de professores. Nas salas de aula, eles ensinam futuros advogados, promotores, defensores e magistrados, enquanto também aprendem com os alunos. Dar aulas, avaliam, exige constante aprimoramento e é um desafio diário, já que os estudantes, com seus questionamentos, incitam os mestres à reflexão. A proximidade com a Academia e com as novas gerações é bem-vinda para a carreira deles, mas os magistrados professores reconhecem que os alunos também se beneficiam, em muito, dessa enriquecedora convivência.

Páginas 4 e 5

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – NOVEMBRO – 2014
ANO 20 – NÚMERO 199



O preceito do filósofo Sócrates

“Dar aulas é um vício. Quanto mais estudo, mais quero estudar. Como disse o filósofo grego Sócrates, ‘quanto mais sei, mais sei que nada sei’”. O testemunho é do desembargador Rogério Medeiros, magistrado e professor. Apesar da dura rotina de se debruçar sobre processos e dar decisões, o desembargador não abre mão de dividir sua experiência e seu conhecimento com inúmeros estudantes de Direito. Dar aulas é uma atividade que lhe dá prazer e o incita ao constante aprimoramento.

A matéria de capa desta edição traz esse e outros depoimentos de magistrados que se renderam às salas de aula. Para eles, a atividade é uma forma de assegurar uma convivência frequente com as novas gerações e com a Academia, onde florescem pesquisas e importantes reflexões. Trata-se também de uma forma de levar, para os estudantes de Direito, as principais questões em discussão no Judiciário mineiro.

Veja, ainda, nesta edição, entrevista com o desembargador Antônio Sérvulo dos Santos, corregedor-geral de Justiça, que nos conta sobre suas impressões nesses primeiros meses à frente da Corregedoria, os principais projetos em andamento na Casa e o legado que sua gestão como corregedor pretende deixar, entre outros pontos.

Outra matéria deste número narra a experiência vivida pelo Fórum Regional do Barreiro, que em 2012 participou do projeto piloto da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito da Justiça mineira. Desde 22 de janeiro deste ano, todas as ações ingressam ali por meio do PJe. O relato das pessoas que atuam no Fórum revela que o sistema trouxe benefícios para a Justiça e para quem trabalha nela.

O Informativo traz também matéria sobre treinamento de comunicação, ao qual serão submetidos magistrados do TJMG, neste mês de novembro. Trata-se de um *media training*, programa que capacita os porta-vozes da instituição a se comunicarem da melhor forma possível no momento de conceder entrevistas ou falar sobre temas que interessam ao Judiciário.

Na página de Cultura, confira resenha do desembargador Eduardo Andrade sobre o filme *Morangos Silvestres*, de Ingmar Bergman. A película será exibida em sessão do Cineclube TJ, em 27 de novembro, às 19 horas, no auditório do Anexo II da Unidade Goiás (Rua Goiás, 253), na capital. Ainda na página 8, aprecie foto da coluna *Click* do Leitor, que está de volta ao Informativo mostrando o olhar de servidores e magistrados do TJMG sobre este nosso mundo, vasto mundo.

Boa leitura!

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

Ouidor

Jaubert Carneiro Jacques

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Letícia Lima

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisora:

Manuela Ribeiro

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda

Llewellyn Medina toma posse como desembargador



O juiz de direito da 13ª Vara Cível de Belo Horizonte, Llewellyn Davies Antonio Medina, tomou posse em 15 de outubro último como desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O magistrado, promovido por antiguidade, passa a integrar a 7ª Câmara Cível, na vaga do desembargador Manuel Saramago. “Com a experiência e a sabedoria acumuladas ao longo de sua carreira, poderá continuar contribuindo, agora como membro da Segunda Instância, para o necessário aperfeiçoamento constante da Justiça e da prestação jurisdicional”, destacou o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, durante a solenidade de posse.

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Barreiro se beneficia da instalação do PJe

Daniele Hostalácio

Quando os fóruns brasileiros começaram a se modernizar e as máquinas datilográficas entraram em ação, muitas pessoas foram pessimistas e viram diversas ameaças pairarem sobre a Justiça por conta daquela então inovadora tecnologia. Como confiar em um documento tão impessoal? Como prescindir da caligrafia única de cada magistrado, para confirmar a veracidade de um feito?

O juiz Delvan Barcelos Júnior, da 3ª Vara do Fórum Regional do Barreiro, recorre a histórias como essa para refletir sobre o fato de que o novo nos desafia e nos amedronta, e por isso muitos de nós somos resistentes a mudanças. Com a chegada do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que nasceu para quebrar paradigmas, propondo, com o tempo, o fim dos processos físicos e a preponderância absoluta dos processos digitais, o Judiciário mineiro vivencia uma fase de transição.

Nas comarcas onde o PJe está prestes a chegar, várias pessoas estão inseguras. Como será daqui pra frente? Essa é uma pergunta que muitos se

fazem. E foi uma pergunta assim que também inquietou juizes, servidores e advogados que atuam no Fórum Regional do Barreiro. O local participou, em 2012, do projeto piloto da implantação do PJe no âmbito da Justiça mineira e, desde 22 de janeiro deste ano, todas as ações ingressam ali por meio do PJe.

Advogado há cerca de 30 anos, Edimar Reis, com várias causas no Barreiro, não viu com bons olhos a novidade. Pensava que não daria conta de aprender a lidar com o sistema, depois de anos atuando da mesma maneira. Foi preciso a ajuda de um advogado mais jovem para que ele quebrasse o bloqueio. “Meu filho é de uma geração que domina a tecnologia. Ele foi me ensinando e, agora, acho o PJe muito vantajoso. Do meu escritório posso resolver várias coisas, atividades que antes exigiam deslocar-me para outras comarcas. É prático, ágil e econômico”, revela.

O tempo, observa o juiz Delvan, encarrega-se mesmo de quebrar resistências e aplacar as preocupações. “É

natural as mudanças gerarem desconfiância. Mas o PJe está aí e não tem volta. É uma tecnologia nova que está chegando e, como toda ferramenta informativa, precisa ser aperfeiçoada. Mas podemos afirmar que ele tem proporcionado muitas vantagens, como a diminuição do uso do papel, a possibilidade de trabalho remoto e a celeridade nos atos”, ressalta o magistrado.

Todas essas vantagens são também reconhecidas pela escrivã Adriana Guimarães Pereira Araújo, da 3ª Vara do Fórum Regional do Barreiro. “Estou no TJ há 29 anos. Sou da época do fichário manual. Já passei por diversas mudanças ao longo desse tempo. O que posso dizer aos que estão prestes a receber o PJe em suas comarcas é: tenham a mente aberta à mudança, não tenham medo e pratiquem, vivenciem, com paciência. A informatização veio para melhorar”, resume a servidora.

Igualdade funcional

O servidor Thiago Helton Ribeiro, que atua há cerca de três anos na 1ª Vara Regional do Barreiro e é tetraplégico, também dá o seu relato positivo da experiên-

cia. “O PJe me colocou em relação de igualdade funcional com os demais servidores. Com ele, eu pratico todos os atos processuais que competem ao oficial de apoio judicial nas rotinas da secretaria de juízo, sem depender de ninguém para isso”, destaca o servidor, que não possui movimentos nos dedos, precisando usar órteses manuais para escrever e digitar.

Ele cita detalhes que, apesar de simples, contribuem para uma melhor condição de trabalho: “Executar as atividades em uma mesa limpa, sem aquela pilha enorme de processos; não ter de lidar com feitos volumosos, cujo manuseio era um grande desafio; a postura para trabalhar sentado em uma cadeira de rodas, sem a necessidade de se debruçar para compulsar os autos, uma vez que agora se analisa o processo com a utilização de dois monitores, em altura adequada, para operar o sistema”. E resume: “Não há nada mais gratificante para uma pessoa com deficiência ou alguma limitação física do que a independência funcional. O PJe tem me viabilizado isso, mesmo com todos os percalços, o que é normal em tamanha transição”.



Marcelo Albert



Renata Caldeira

■ O juiz Delvan Barcelos Júnior, do Fórum Regional do Barreiro, identifica várias vantagens no PJe

■ O PJe me colocou em relação de igualdade funcional com os demais servidores”, diz Thiago Ribeiro

Lecionar enriquece a vida de magistrados

Danilo Bayão

“Os ofícios de professor e de magistrado apresentam semelhanças, inclusive em relação à origem semântica das palavras. Ambas possuem a mesma raiz etimológica: a palavra latina *magister*, mestre, aquele que ensina. *Magister*, por sua vez, provém de *magis*, que significa grandeza, elevação, magnitude, nobreza. Algo que envolve ensinamento”. No espírito dessa assertiva do desembargador Rogério Medeiros, da 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), está um fato: vários magistrados dividem o tempo entre a atividade judicante e as salas de aula.

Dividir a rotina de se debruçar sobre processos e tomar decisões judiciais com a de ensinar jovens

estudantes de direito é uma prática que pode ser verificada também entre vários juízes e desembargadores do TJMG. Para a quase totalidade deles, dar aulas se tornou uma paixão e uma forma de manter um contato permanente com as novas gerações e com a Academia, onde florescem muitas pesquisas e reflexões. É também uma forma de levar, para futuros advogados, juízes, desembargadores, promotores e defensores, as principais questões da pauta do Judiciário.

A juíza auxiliar da Presidência, Lílian Maciel dos Santos, e o desembargador José Marcos Vieira, da 16ª Câmara Cível, são professores e colecionam casos que ilustram o prazer que eles sentem em dar aulas. “Tenho

uma aluna bem mais velha do que eu que, quando me vê, diz: ‘Professora, quando eu crescer, quero ser igual à senhora’”, conta a juíza. Já o desembargador relembra: “Quando entrei na sala de aula pela primeira vez, ainda era bem jovem; os alunos demoraram a perceber que eu era o professor”.

Referência para os alunos

Lílian Maciel dos Santos é professora de processo civil na faculdade Fumec. “Gosto muito de dar aulas. Herdei esse gosto de minha mãe, que é professora em minha cidade, Juiz de Fora. Comecei a exercer esse ofício quando cheguei a Belo Horizonte, em 2003, porque no interior existiam muitas dificuldades para isso – havia poucas faculdades na cidade e o deslocamento para municípios vizinhos era custoso”, conta.

Nas salas de aula, a juíza valoriza, sobretudo, o convívio com os alunos, que considera extremamente enriquecedor. “Nós aprendemos muito com eles”. Em contrapartida, ela reconhece que também é importante para os alunos a convivência com uma professora magistrada, que, por sua trajetória – o êxito em um concurso público bastante disputado, algo que muitos almejam –, torna-se uma referência para muitos deles.

Professor de teoria geral do processo da faculdade Fead há 10 anos, o desembargador Versiani Penna, da 6ª Câmara Cível, também destaca a importância, para o corpo discente, de contar com um professor magistrado. “Os alunos terão a experiência de aprender com um profissional que leva para dentro de sala casos concretos, ou seja, um pouco da matéria aplicada à realidade”, avalia. Ele também ressalta a relevância da atividade docente para a carreira como magistrado: “Os alunos nos incentivam a estudar cada vez mais. Isso nos força a um aprimoramento constante”, diz.

Versiani Penna se rendeu ao magistério quando atuava no interior de Minas. “Eu era juiz em Governador Valadares quando recebi convite para lecionar na Ordem dos Advogados; o tema era atualização de direito

Renata Caldeira



Juíza auxiliar da Presidência, Lílian Maciel dos Santos considera enriquecedor o convívio com os alunos

civil voltada para concursos”, lembra-se. Depois, ele foi convidado a lecionar processo penal na Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale). “A partir dessas experiências, tomei gosto definitivo pela atividade”, revela o desembargador, que atua tanto na graduação quanto na pós-graduação. “São dois estilos diferentes, pois na graduação o aluno está no estágio inicial de seus estudos na área, e por isso o professor tem que ensinar e fazer parte da formação daquele estudante. Já na pós-graduação, o aluno já possui um conhecimento prévio, e com isso o papel do professor é outro: o de direcionar”, explica.



**Dar aulas é um vício.
Quanto mais estudo, mais
quero estudar.
Como disse o filósofo
grego Sócrates,
‘quanto mais sei,
mais sei que nada sei’**



Gosto pelo estudo

O desembargador José Marcos Vieira, da 16ª Câmara Cível, é professor há 35 anos – atualmente, ele dá aulas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “Busquei esse caminho pelo gosto do estudo incessante do direito e em função da genética da minha família, pois sou neto e bisneto de grandes educadores”, conta. O magistrado comenta a alegria de ser professor de bons alunos: “Já dei aula para pessoas brilhantes; alguns deles, hoje, são meus colegas no Tribunal de



Fotos: Marcelo Albert

O desembargador José Marcos Vieira é professor há 35 anos. Alguns de seus ex-alunos são hoje magistrados

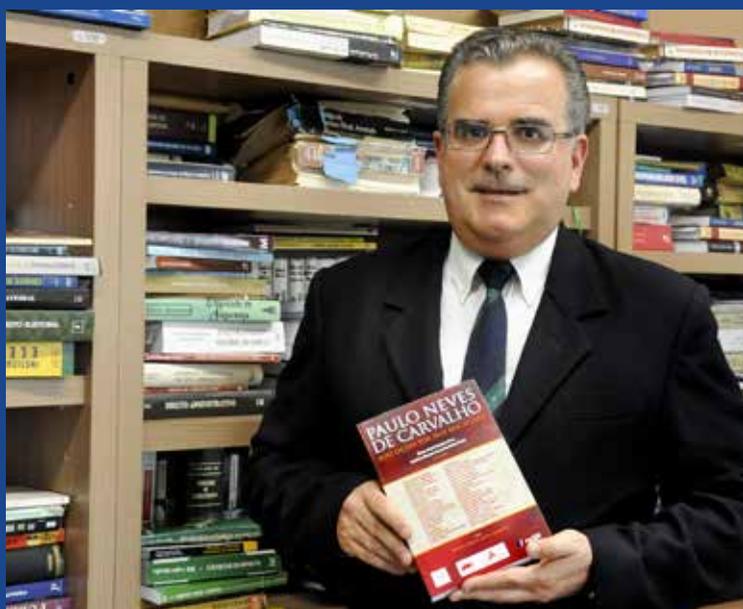
Justiça, como os desembargadores Luiz Carlos Gomes da Mata, Pedro Bernardes, Agostinho Gomes de Azevedo, Versiani Penna, Veiga de Oliveira, Júlio César Lorenz e Manuel Saramago”, enumera.

O prazer de aprender e de estudar também está na base da escolha do desembargador Rogério Medeiros por dividir sua rotina entre as salas de aula e o TJMG. Professor de direito eleitoral do Centro Universitário Newton Paiva, ele conta: “Desde que me formei, tinha interesse em dar aulas. Passei um período no interior, como promotor e juiz. Quando cheguei à capital, meu mestre Paulo Neves de Carvalho, professor de direito administrativo, incentivou-me a estudar diretamente para o doutorado. Aceitei o desafio e tive êxito”.

Hoje doutor em direito administrativo – defendeu a tese em 2001 –, o magistrado afirma que aprende mui-

to com os alunos, mesmo aqueles que estão iniciando o estudo jurídico: “Às vezes o estudante nos faz uma pergunta que provoca a reflexão, obrigando-nos a ler mais”, afirma. Para os alunos, avalia, é muito bom ter um magistrado professor, pois o juiz e o desembargador sempre levarão a vivência do trabalho para a sala de aula: “Leciono direito eleitoral e como neste ano tivemos eleições, os estudantes se interessam muito pela matéria”, conta.

Na avaliação do desembargador, o professor não deve pensar apenas em transmitir o conteúdo para o estudante. Ele deve se preocupar com a formação do aluno, enquanto cidadão. E concluiu: “Dar aulas é um vício. Quanto mais estudo, mais quero estudar. Como disse o filósofo grego Sócrates, ‘quanto mais sei, mais sei que nada sei’”.



“Às vezes o estudante nos faz uma pergunta que provoca a reflexão”, afirma Rogério Medeiros



Para Versiani Penna, os estudantes se beneficiam de ter um professor que é também magistrado

Corregedoria atua para impulsionar Judiciário mineiro



Renata Calderia

■ “O cargo de corregedor é o mais desafiador que eu já assumi”, afirma o desembargador Antônio Sérvulo dos Santos

Raul Machado

O desembargador Antônio Sérvulo dos Santos considera o cargo de corregedor-geral de Justiça o mais desafiador que já assumiu. O Direito chegou a sua vida por acaso. “Um tio me convidou para fazer vestibular junto com ele. Eu já estava estudando, fui bem classificado e me apaixonei pelo Direito”, conta. Nascido em Poços de Caldas, foi funcionário do famoso Hotel Palace quando ainda era garoto. Trabalhou na prefeitura de sua cidade, advogou. Em 1982, ingressou na magistratura, passando pelas comarcas de Paraguaçu, Monte Santo, Poços de Caldas e Belo Horizonte. Na capital, atuou nas varas cíveis, de Fazenda e de Família, no Tribunal do Júri e na Corregedoria, onde foi juiz corregedor. Em 2003, foi promovido para o Tribunal de Alçada e, em 2005, com a unificação, chegou ao Tribunal de Justiça. Desde julho deste ano ele está à frente da Corregedoria-Geral de Justiça.

TJMG Informativo – Quais são as impressões do senhor nesses primeiros meses à frente da Corregedoria?

Desembargador Antônio Sérvulo – Já passei pela Corregedoria como juiz auxiliar, há alguns anos. Mas o cenário era completamente diferente: os juízes corregedores eram poucos e a estrutura, menor. Hoje, somos mais estruturados e temos muito serviço. Os problemas são diários e constantes, mas temos uma equipe de juízes e servidores de primeira linha. O cargo de corregedor é o mais desafiador que eu já assumi ou poderei assumir na vida. O Estado é muito grande. Temos aproximadamente mil juízes e 16 mil servidores e, de certa forma, estão todos liga-

dos à Corregedoria, pois somos a superintendência da Primeira Instância, foco da atual gestão do desembargador Pedro Bitencourt. Nós temos que tentar resolver o problema que aflige o Judiciário. Temos também que solucionar pela conciliação as demandas mais simples. Todo mundo hoje vai ao Judiciário para discutir questões, às vezes, de pequena importância, que poderiam ser resolvidas pela conciliação. Com isso, o volume de trabalho se agiganta. Só se fala em morosidade do Judiciário, mas não se fala na avalanche de processos que chega à Justiça. Então, o desafio é maior.

Quais os principais projetos que ocupam a Corregedoria atualmente?

São dois projetos de grande destaque, além de muitos outros em andamento na Casa. O PJe na Primeira Instância, por exemplo: pretendemos implantá-lo em todo o Estado, juntamente com a Presidência e demais Vice-Presidências. O Selo de Fiscalização eletrônico, que é de fundamental importância para o extrajudicial, também vai promover uma fiscalização mais efetiva das taxas devidas ao Estado. Temos ainda a melhoria das condições de trabalho da Primeira Instância: melhoria das secretarias, com conforto para servidores e magistrados, e da gestão das comarcas. Além disso, queremos ampliar o acesso à Justiça para o cidadão, tornar os processos mais céleres. Não podemos esquecer os desafios da área de execução penal, da infância

e da juventude, da violência doméstica. No extrajudicial, temos também a conclusão da Central de Registro Civil, a implantação do Registro de Óbitos nos hospitais e a criação de uma Central de Indisponibilidade de Bens.



A dedicação da Corregedoria é integral. O PJe vai melhorar o trabalho de todos e é um passo que precisa ser dado; não tem volta



Qual o papel da Corregedoria na implantação do PJe?

Temos uma equipe trabalhando em parceria com a Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) do TJMG. Vamos oferecer treinamento e atuar até que o sistema, em cada juízo, esteja funcionando perfeitamente. A dedicação da Corregedoria é integral. O PJe vai melhorar o trabalho de todos e é um passo que precisa ser dado; não tem volta. Mas contamos com

o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que é muito importante.

O que gostaria de deixar de legado ao passar pela Corregedoria?

Gostaria de fazer aquilo que precisa ser feito: cumprir minhas obrigações de fiscalização e de orientação, mas, principalmente, a de impulsionar o Poder Judiciário mineiro, para que ele chegue a um patamar em que todos tenham satisfação.

Como o senhor sai da rotina fora dos dias de trabalho?

Gosto muito de sair com a família, mas também de ficar em casa, de cozinhar (massas, carnes e bacalhau). E gosto muito de viajar, sair para passeios nos fins de semana e andar pelas ruas de Belo Horizonte – isso me dá prazer.



■ Há cinco anos, magistrados do Tribunal participaram de capacitação semelhante

Luiz Oliveira

Magistrados participam de treinamento de comunicação

Francis Rose

A sociedade exige cada vez mais um Judiciário com atuação célere e eficaz, que seja também transparente. Além de ver seus direitos garantidos, o cidadão quer saber como a Justiça trabalha e que resultados alcança todos os anos. Assim, não basta que o magistrado julgue processos e realize audiências. Ele precisa também “conversar” com a comunidade, prestar contas. Como normalmente esse diálogo é intermediado pela mídia, é fundamental que desembargadores e juízes compreendam o funcionamento dos veículos de comunicação e saibam expor as informações de forma clara e objetiva.

Para atender a essa necessidade, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) está investindo no treinamento de seus magistrados. Neste mês de novembro, um grupo de 25 pessoas participa de um *media training*, programa que prepara os porta-vozes da instituição para se comunicarem da melhor forma possível no momento de conceder entrevistas ou falar sobre temas que interessem ao Judiciário. Cinco anos atrás, alguns magistrados do Tribunal já participaram de uma capacitação semelhante.

Desta vez, serão treinados, inicialmente, os magistrados que integram a direção do TJMG, que respondem por alguma área ou que, normalmente, costumam falar de algum tema específico em nome da instituição. Posteriormente, a intenção é que o treinamento se torne sistemático e seja oferecido a todos os magistrados. “O Tribunal quer ser reconhecido pela excelência de sua atuação em todas as áreas. Isso se revela não apenas no seu trabalho na área jurisdicional, mas também nesse diálogo com a sociedade. Por isso, é fundamental que estejamos preparados para nos pronunciar de forma sempre esclarecedora e acessível”, pontua o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes.

”
O Tribunal quer ser reconhecido pela excelência de sua atuação em todas as áreas

“

O treinamento será realizado em dois módulos – teórico e prático. Na parte teórica, os magistrados receberão informações sobre a importância da comunicação, o conteúdo de notícia e o funcionamento da imprensa. Também vão ouvir dicas de entrevista, desde a linguagem mais adequada até as formas de se comportar diante dos repórteres. No treinamento prático, eles participarão de entrevistas simuladas, quando poderão tirar

dúvidas e receber orientações para melhorar o desempenho frente às câmeras.

Objetividade

O *media training* do TJMG será conduzido pela jornalista Adriane Werner e pela psicóloga Joslaine Paintinger, ambas de Curitiba. Adriane é também professora, especialista em planejamento e qualidade em comunicação e mestre em administração de empresas. Por 16 anos, atuou como repórter e editora de televisão. Já realizou treinamentos com magistrados em diversas partes do país. Joslaine ministra cursos, palestras e vivências sobre diversos temas em psicologia. No *media training*, trabalha com aspectos para facilitar a expressividade e a comunicação.

“Os profissionais que se preparam para ter uma performance melhor nas entrevistas a veículos de comunicação demonstram preocupação em melhor servir à sociedade. É a busca pela clareza e objetividade, por transmitir as ideias de forma a serem compreendidos”, explica Adriane Werner. A jornalista acredita que essa preocupação é uma realidade, sobretudo na área da Justiça. “Há alguns anos, vivemos uma mudança sensível, especialmente na postura de juízes, que têm se tornado mais próximos da população por meio de sua participação em veículos de comunicação”, disse.

Neste mês de novembro, o filme a ser contemplado pelo projeto Cineclube TJ, que une a exibição de grandes clássicos do cinema com o debate em torno dos temas tratados pelas películas, é *Morangos Silvestres*, de 1957, dirigido por Ingmar Bergman. A exibição acontece no dia 27, às 19h, no Auditório do Anexo II da Unidade Goiás (Rua Goiás, 253). Confira, abaixo, resenha do filme.

Morangos Silvestres

Desembargador Eduardo Andrade

O professor Isak Borg, na noite anterior a sua ida à cidade de Lund, para receber uma comenda da universidade onde se formou, pelos seus cinquenta anos de exercício da medicina, tem um pesadelo: está em uma cidade deserta, quando aparece um carro fúnebre, que deixa cair um caixão. Ao olhá-lo, o protagonista vê que o cadáver no esquife é o dele. A partir daí, começa a refletir sobre o que tem sido a sua vida, sentindo culpa pela forma como a tem vivido, já com setenta e oito anos.

A viagem seria feita de avião, mas, na última hora, ele resolve fazê-la em seu próprio carro, na companhia da nora Marianne.

Esse percurso proporciona-lhe continuar com as reflexões sobre

sua vida, conversando com a nora e com os jovens aos quais dá carona pelo caminho. Revive sua infância e as relações com os avós, os primos e os irmãos.

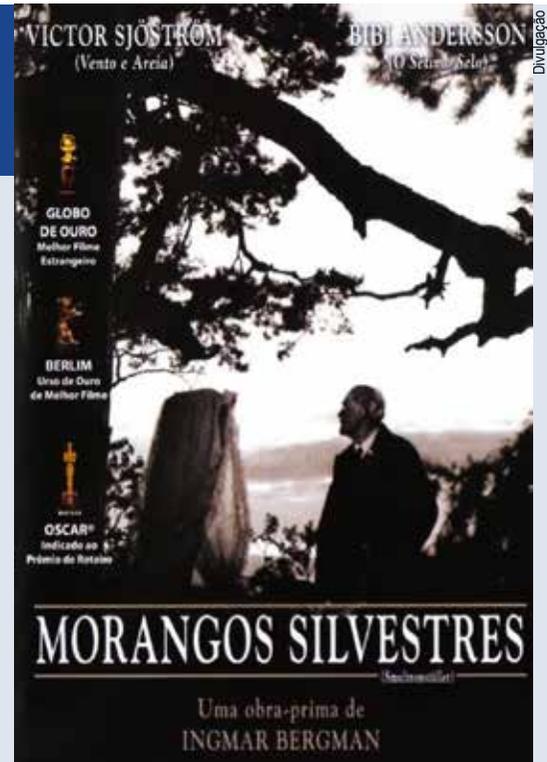
Através de Marianne, descobre que ele e o filho Evald têm os mesmos defeitos – são frios, distantes, egoístas, indiferentes – e mais: Marianne lhe diz que Evald não gosta dele. Na viagem, aproveita para visitar sua velha mãe, que, também, é fria e distante.

O filme pode ser definido como a jornada interior desse velho professor. Suas angústias, sofrimentos e remorsos. Ao final, ele se reconcilia com a vida, reconhecendo seus equívocos, tomando-se outra pessoa, como se vê no momento em

que ele trata sua empregada de quarenta anos com carinho, como nunca fizera.

Convém lembrar que Bergman pensou o filme quando estava internado num hospital. A obra, como ele mesmo confessa, reflete a difícil relação que teve com seu pai. Como se sabe, foi turbulenta a convivência do cineasta com os seus, inclusive com as mulheres que passaram por sua vida.

Nenhum filme me toca tão profundamente e, embora o tenha visto inúmeras vezes, em cada uma delas descubro aspectos novos e comoventes. Possamos todos, diante de tanta beleza, reverenciar a genialidade de Bergman por essa verdadeira obra-prima.



O filme de 1957, será exibido no próximo dia 27 de novembro

CLICK DO LEITOR



Sentados no chão ou de cócoras. É assim que a maioria dos indianos trabalha, faz reunião, espera pacientemente o trem, conversa e realiza outras atividades que nós, ocidentais, normalmente fariamos sentados ou de pé. Esta foto de mulheres indianas catando arroz foi feita em um *ashram*, em Rikhia, no norte da Índia, há exatamente um ano. *Ashram*, na antiga Índia, era um lugar onde os sábios viviam em paz no meio da natureza. Hoje, os *ashrams* são locais voltados para o conhecimento físico e espiritual de diferentes tradições de yoga, onde praticantes de diferentes partes do mundo têm a oportunidade de estudar e aprender sob a orientação de mestres.

Soraia Costa – Técnico Judiciário na Coordenadoria de Imprensa da Assessoria de Comunicação (Coimp/Ascom)

O Click do Leitor está de volta. Envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até 10 linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com "Click do Leitor". As melhores fotos serão publicadas neste espaço.